

“FRENTE AMPLIO”: CONTEXTO POLÍTICO URUGUAIO EM 1971

José Pedro Cabrera Cabral¹ - UNOESC/PPG-UNISINOS

1. ANTECEDENTES DO PERÍODO

Durante a primeira metade do século XX, pelo menos até 1955, a inserção do capitalismo uruguaio no mercado mundial havia sido menos desfavorável do que para outras regiões da América Latina. Possibilitou certo desenvolvimento econômico e, com “impulsos e freios”, políticas de proteção e fomento da produção na indústria e na agricultura.

No âmbito social, a classe dirigente no poder promoveu políticas de “conciliação”, através de um Estado que, junto com sua função específica de reprodução da “ordem” capitalista, era capaz de cumprir uma tarefa de distribuição e redistribuição social dos recursos. Esse esquema era sustentado, fundamentalmente, no excedente gerado pela exportação agropecuária. Parte desse excedente era transferido ao Estado e à proteção da indústria.

No âmbito político, quando na maioria dos países da região (de forte predomínio oligárquico) alternavam-se regimes militares, no Uruguai, uma sociedade mais integrada, sobrevivia um núcleo dirigente herdeiro das tradições da burguesia liberal e democrática, laica e civilista de princípios do século. Um Estado de acordo com as políticas sociais de “compromisso”, pautadas por um tênue espírito nacionalista, de certa confiança quanto à viabilidade do país.

Até a década de 1950, os setores hegemônicos das classes dominantes haviam impulsionado uma política de desenvolvimento econômico e, particularmente, do setor industrial, dentro dos marcos de uma economia dependente, na órbita econômica, militar e ideológica dos Estados Unidos da América. Na metade da década, os limites desse desenvolvimento foram alcançados.

A burguesia industrial uruguaia, e mais em geral o grupo político dirigente, de acordo com sua tradição e a mentalidade predominante entre seus líderes, não se dispôs, nessa época, a assumir políticas de caráter antiimperialista, nem nacionalista. Diferente do que havia acontecido em outros países da América Latina, predominava na classe dirigente uruguaia uma certa identificação com os objetivos históricos das grandes potências atlânticas, como os EUA e a Inglaterra.

Até 1958, o país havia sido conduzido por uma elite no poder, integrada basicamente pela burguesia industrial, com aliados importantes em outras frações burguesas, que conseguem, através do controle do Estado, um importante “consenso”, estabilidade social e integração nacional. As contradições desse grupo dirigente com as altas classes rurais foram de caráter secundário e se foram resolvendo enquanto ambas se opunham a qualquer alteração profunda da ordem social existente.

Durante o período que sucedeu aos acontecimentos dos anos de 1960, a burguesia dominante contou com o apoio da alta burocracia civil e dos altos comandos militares e, durante um longo período, com a maioria dos profissionais liberais e da intelectualidade, do médio e pequeno comércio e de grande parte dos funcionários públicos, docentes, municipais. Paralelamente, as frações burguesas dominantes procuraram captar o respaldo eleitoral, “regulamentar” as relações de trabalho e dissolver a resistência dos trabalhadores, em especial da classe operária industrial, mediante um sistema de “compromissos”.

No período do protecionismo industrial, a ação das organizações sindicais e os interesses políticos e ideológicos da burguesia, a concepção “intervencionista” e “direcionista” dos representantes políticos do bloco no poder deram lugar ao desenvolvimento de uma extensa legislação social e de proteção aos trabalhadores e a um novo crescimento da área estatal da economia. Os setores industriais, partidários do rol protetor do Estado, que poderiam englobar-se no discutido conceito de “burguesia nacional”, não foram capazes de desenvolver um projeto alternativo à subordinação econômica que foram impondo, cada vez com mais rigor, os organismos internacionais e o capital transnacional.

Em um contexto de opções conservadoras, um reajuste econômico e administrativo exigia uma mudança política que, na realidade uruguaia, se fazia difícil pela relação entre estrutura sindical, partidos e parlamento. Na metade da década de 1960, o governo colegiado chegou ao limite de seu desgaste. Surge, a partir dessa situação, uma reforma constitucional centrada na restituição do poder executivo a um presidente atuando em conselho de ministros. A discussão dessa reforma teve início nos primórdios do século, mas nunca tinha atingido tais níveis de estagnação do sistema político. Os líderes principais haviam desaparecido, as frações estavam divididas e em disputa. “Um mês antes das eleições de 1966 a confusão reinante impedia fazer diagnósticos fundados sobre os resultados [...] as listas de votação permaneciam incompletas e o eleitorado indeciso, incrementando a faixa de oscilação de voto entre os dois partidos tradicionais”².

Dessa forma se chega ao final da década de 1960, a qual foi fortemente marcada por uma crise sem precedentes de governabilidade no Partido Colorado, evidenciada na desagregação interna, na ausência de organismos partidários de condução, na instabilidade dos apoios parlamentares e no caráter mutante do elenco ministerial: nos primeiros 14 meses do novo governo, desfilaram 24 ministros. Apenas assumida a Presidência, Jorge Pacheco Areco ordenou a clausura de jornais e semanários de esquerda e a dissolução de várias organizações políticas.

Tomando por base que o sistema havia chegado a uma situação de colapso que o fazia incapaz de tomar as medidas necessárias para dominar as resistências sociais, o Presidente da República foi se armando de instrumentos apropriados para a aplicação de medidas enérgicas. O restabelecimento da ordem e a luta contra a inflação foram duas diretivas fundamentais na estruturação do discurso pachequista. O respaldo das diversas frações burguesas e a burocracia política administrativa concederam, para o Chefe de Estado, a personalização concentrada do poder e até um certo grau de “autonomia” para a ação política, o que lhe permitiu as medidas “populistas” adotadas em 1971, antes das eleições: diminuição da inflação, manutenção do dólar – chamado “dólar eleitoral” –, aumento dos salários por cima das demandas sindicais – “salário eleitoral” – e o aumento

das aposentadorias (em 1971, o montante da aposentadoria média foi 61% superior a média de 1968)³.

Na realidade, essa “autonomia” era um adiantamento do que haveria de se repetir na ditadura militar, combinando autonomia política com submissão aos interesses econômicos dominantes. Ao chamar os empresários para ocupar cargos ministeriais, estava servindo a ambos objetivos: por um lado, entregava-lhes a condução da política econômica; por outro lado, prescindia do pessoal político tradicional que até então havia garantido a dependência do Estado com respeito à sociedade civil. Na análise de Varela (1988), “Seu governo concretizou assim – mesmo que de forma mais limitada que as forças armadas – um primeiro passo do estado para liberar-se da sociedade”⁴.

No geral, poder-se-ia dizer que esta autonomia relativa do político, que é inerente ao estado de democracia liberal, foi de importância para dar viabilidade ao projeto moderador. Dessa maneira, compreende-se a singularidade do período de governo de Pacheco (1967-1972) que, aplicando uma estratégia com base na economia e cancelando por decretos conquistas sociais de caráter popular, operou de maneira a obter um forte apoio eleitoral nas eleições de novembro de 1971. Por outro lado, a situação objetiva da resistência e da desobediência da população, e como contrapartida à ausência de uma perspectiva política clara por parte da oposição, permitiram aos grupos hegemônicos, através do aparelho de estado, apresentar todas as ações obreiras e estudantis como ameaçadoras de um caos que colocava em perigo as conquistas do Uruguai tradicional.

Nos setores populares, a tomada de consciência do processo de concentração do poder político e econômico em um setor restrito da sociedade e os interesses que uniam este grupo com a condição de subordinação aos Estados Unidos, favoreceu a visualização da oligarquia como inimigo de um projeto de país com caráter nacional e popular. No discurso político, a caracterização do regime como oligárquico: consequência da análise de classe e da subordinação internacional do país expressa, nitidamente, na idéia dos dois partidos tradicionais – o Partido Blanco e o Partido Colorado – que até o surgimento do “Frente Amplio” (FA) possuíam a hegemonia do discurso político uruguaio.

2. A FUNDAÇÃO DO “FRENTE AMPLIO’

O surgimento do “Frente Amplio - FA” faz-se sobre a base dessa polarização: de um lado, a oligarquia; do outro, o povo. Como recorda Hugo Cores (1999): “Nada do que protagonizou a esquerda uruguaia posteriormente pode ser entendido, se não se assume que a circunstância fundacional do ‘Frente Amplio’ esteve presidida por esta visão polarizada da realidade do país”⁵. Dessa maneira, tomou impulso a iniciativa de criação de uma nova alternativa política que, baseando-se num programa comum, abrisse um espaço de ação unitária capaz de disputar a hegemonia eleitoral ao bipartidismo tradicional. Entre finais de 1970 e início de 1971, surge o “Frente Amplio”, formado por alguns setores dos partidos tradicionais, pela esquerda e por alguns setores independentes.

A constituição da Convenção Nacional de Trabalhadores – CNT, como central sindical única (1964-66), seu estreito vínculo com o “Congreso del Pueblo”⁶, que se realizou em 1965, e os manifestos comuns que surgiram dos mesmos foram inscritos como plataforma de lançamento do “Frente Amplio”. O programa do FA centra-se em alguns postulados vertebrais, como o fortalecimento do Estado e o planejamento, a reforma agrária, a nacionalização do sistema bancário e do comércio exterior, o controle do capital estrangeiro, a defesa do trabalho nacional e a independência internacional. Esses elementos eram comuns às plataformas da esquerda em geral, às reivindicações do “Congreso del Pueblo” e da CNT.

A fundação do FA abriu um novo capítulo na construção de um partido eleitoral, com a missão de sair da situação marginal que a esquerda tinha até então e, assim, ingressar numa linha de competência política mais efetiva, com uma coalizão de composição variada, numa tentativa de acumulação de votos e de ser uma representação hegemônica dos setores progressistas do país. A coalizão eleitoral constituiu notórias diferenças com as estruturas partidárias tradicionais, particularmente pela estrutura de organização de base – coordenações regionais e comitês de base nos bairros – que funcionaram (e funcionam

hoje) como nucleamentos de militância e de integração. Os comitês de base foram uma das principais características que diferenciou a organização de massas do FA a qualquer outra existente no país, fundamentalmente aos “clubes” dos partidos tradicionais (estruturas clientelísticas de nucleação para a captação de votos).

Nas eleições de 1971, o FA atingiu 18% dos votos em nível nacional e 30% em Montevideú. Esse resultado marcou significativamente o bipartidismo tradicional e teve uma repercussão muito forte na capital – onde ficou em paridade com o Partido Nacional e a dez pontos percentuais do Partido Colorado – por se tratar da maior região eleitoral do país e o centro de mobilização política⁷. Com sua estréia, a nova coalizão desafiante duplicou os votos das fórmulas do partido Comunista, do Partido Socialista e do Partido Demócrata Cristão, que obtiveram, em conjunto, nas eleições precedentes, quase 9% em 1962 e quase 10% em 1966. O aumento inclui parte dos votos que obteve a lista 99 dentro do Partido Colorado (6,6% em 1962 e 4% em 1966), assim como também votos oriundos de setores do Partido Nacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Frente Amplio” foi a condensação orgânica dos eventos políticos e sociais do período pachequista, da resistência obreira e popular a seus abusos, às mobilizações estudantis, às denúncias parlamentares e jornalísticas. De certa forma, em sua opção política e eleitoral, plasmou uma identificação efetiva com toda a desconformidade do cenário político uruguaio e a esperança de mudanças de setores populares cada vez mais amplos e mobilizados que se opunham à política reacionária das classes dominantes representadas no pachequismo. Desde a perspectiva do movimento obreiro e da esquerda em geral, significou a concepção de uma aliança ampla que atraiu a participação de novos

setores populares provenientes das classes dominadas. Abriu uma instância de participação em torno de um programa progressista para amplos setores populares, provocando desprendimentos importantes dos partidos tradicionais, e emergiu como resposta popular ao processo de decomposição do sistema político tradicional e, fundamentalmente, ao bipartidismo.

Os partidos tradicionais sistematicamente perderão votos nas posteriores eleições – individualmente e em conjunto. Em 1971, quando surgiu o FA, o Partido Colorado e o Partido Nacional, em conjunto, obtiveram mais de 80% dos votos, enquanto que até 1966 acostumavam obter perto de 90%. Nas eleições de 1984, que iniciaram a reabertura democrática, a perda chegou a 76% e nas eleições de 1999 a perda foi de 55%. Dessa forma, o FA se constituiu em uma força hegemônica de oposição ao bipartidismo e conseguiu um crescimento eleitoral de 21% em 1984 e 40% em 1999⁸. Esses resultados atribuem-se, em grande medida, ao conteúdo de suas bases programáticas, nas quais o FA definiu-se como uma força nacional e popular, antioligárquica e antiimperialista, dedicada ao desenvolvimento de um processo de democratização “real” da sociedade uruguaia.

A Declaração Constitutiva do FA fez um chamamento às forças políticas e aos cidadãos que compartilhavam as concepções nacional progressista e democrática avançada, contidas na Plataforma de Princípios, para que se incorporassem ao frente unitário, onde cada membro manteria sua identidade, mas deveria acatar o Programa elaborado em comum. Como resultado, temos que os números definitivos reconheceram 304.275 votos, em todo o país, em favor do FA, o que representou 18,28% dos votos válidos. Cinco senadores, 18 deputados e 51 vereadores nas distintas Juntas Departamentais (estaduais) colocaram de manifesto a amplitude do movimento unitário, consolidado em menos de dez meses de atividade, desde sua fundação até as eleições de 1971⁹. Dessa forma, iniciou-se o primeiro período do FA que culminaria – sua fase de atuação pública – com o golpe cívico-militar de 1973.

4. NOTAS

¹ Professor da Unoesc Xanxerê-SC. Doutorando em História pela Unisinos-RS. cabrera@unoescxxe.edu.br

² VARELA, Gonzalo. **De La República Liberal al Estado Militar: Uruguay 1968-1973**. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo. 1988. p. 49.

³ CORES, Hugo. **El 68 Uruguayo**. Montevideo: Ed. de la Banda Oriental. 1997. p. 121.

⁴ VARELA, Gonzalo. Op. Cit. 1988. p. 122.

⁵ CORES, Hugo. **Uruguay Hacia la Dictadura 1968-1973**. Montevideo: Ed. de la Banda Oriental. 1999. p. 9.

⁶ O “Congreso del Pueblo” foi um evento que aconteceu na cidade de Montevideú, em 1965. Teve a participação de todos os setores da sociedade organizada, representados por delegações da capital e do interior do país. Dele surgiram manifestações que postularam as reivindicações que se materializaram, posteriormente, na fundação da Confederação Nacional de Trabalhadores – CNT e, a partir desta, na Declaração Programática e na Declaração de Princípios do FA.

⁷ LANZARO, Jorge La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda: claves de desarrollo del Frente Amplio. In: **La Izquierda Uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Fin de Siglo. 2004. p. 37.

⁸ LANZANO, Jorge. Op. Cit. pp. 31-45.

⁹ BAYLEY, Miguel Aguirre. **El Frente Amplio: história y documentos**. Montevideo: Ed. de la Banda Oriental. 1985, p. 32.